

Contribuições do pensamento blanchotiano aos estudos da subjetividade

Contributions of the blanchotian thinking to the studies of subjectivity

Diego Arthur Lima Pinheiro; Silvia Helena Tedesco

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

Este trabalho parte da seguinte pergunta disparadora: “o que pode a literatura”? A fim de analisar o campo problemático instaurado por ela, buscamos fazer um estudo do problema inspirados nas contribuições do pensamento blanchotiano no tocante à relação literatura/subjetividade/clínica. Através das noções de desobramento, silêncio e solidão, nosso objetivo será o de evidenciar práticas de criação de espaços únicos e inéditos em meio à lógica produtiva contemporânea. Dessa maneira, os trabalhos de Maurice Blanchot nos interessam não só pelo que propõem ao campo da criação literária, mas principalmente por tratar de aspectos políticos, estéticos e éticos de suma importância aos estudos da subjetividade. Por fim, nossa aposta neste trabalho é a de que ele amplie o campo de estudo da clínica voltada aos processos de subjetivação, propondo nova experimentação conceitual dedicada vivamente à pesquisa do pensamento blanchotiano.

Palavras-chave: literatura; subjetividade; Blanchot

ABSTRACT:

This paper departs from the triggering question: “what can literature”? In order to analyze the problem established by it, we seek studying the problem inspired by the contributions of the blanchotian thinking as to the literature/subjectivity/clinic relation. Through the notions of *unworking* (*desouvrement*), silence and solitude, our goal is to evince practices of creation of unique and inedited spaces among the contemporary productive logic. Thus, the works of Maurice Blanchot interest us not only for what they propose in the field of literary creation, but especially as they deal with political, esthetical and ethical aspects of supreme importance to the studies of subjectivity. Finally, our belief in this work is that it amplifies the clinical field facing subjectivity processes, proposing a new experimentation concept vividly dedicated to the research of the blanchotian thinking.

Key-words: literature; subjectivity; Blanchot

Este artigo parte de uma inquietação que assume a forma da seguinte pergunta disparadora: “o que pode a literatura?”. Entendemos o campo problemático instaurado por essa questão como tema central deste texto. E, inspirados no pensamento blanchotiano sobre a literatura e ainda sobre as contribuições de M. Foucault e de G. Deleuze, nosso recorte se estende também sobre a subjetividade. A partir desta escolha, a pergunta “o que pode a literatura?” desdobra-se em outra, “o que pode a subjetividade?”, ou ainda: “o que pode a relação literatura/subjetividade?”. Assim definido, situamos este trabalho no âmbito dos estudos da subjetividade, que abrange as condições de sua produção a partir de fatores histórico-políticos, incluídos aí tanto fatores de obstaculização como os de facilitação do processo. Através das noções de desobramento, silêncio e solidão, nosso objetivo será o de evidenciar a literatura como prática competente para instigar processos de subjetivação únicos e inéditos em meio à lógica produtiva contemporânea, voltada à serialização uniforme dos indivíduos.

O pensamento blanchotiano nos interessa não só pelas questões que propõe ao campo da criação literária, mas principalmente por tratar de aspectos políticos, estéticos e éticos pertinentes aos estudos da subjetividade. De fato, entendemos este pensamento como uma força que marcou de modo inegável toda uma geração de pensadores, vozes que nos auxiliam na construção deste artigo. Nossa aposta neste trabalho é a de que ele amplie o campo de estudo da clínica voltada aos processos de subjetivação, propondo nova experimentação conceitual, dedicada vivamente ao estudo dos trabalhos de Maurice Blanchot.

A pertinência das noções estabelecidas por Blanchot para os estudos da subjetividade e, conseqüentemente, para a clínica apenas se sustenta caso a noção de subjetividade aqui referida seja descolada das usuais concepções de personalidade, intimidade, interioridade, individualidade e identidade - noções estas exaustivamente trabalhadas no campo das ciências humanas como conceituações equivalentes à de sujeito constituído por invariâncias. O sujeito, segundo toda uma tradição do pensamento ocidental, é sempre algo que encontramos como já dado, constitutivo de uma essência, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Partimos, em contraste, da noção de subjetividade, deslocamento efetivado para longe da noção tradicional de sujeito, a fim de compreender aquela como um processo contínuo de construção, cuja característica principal é a variação, é sua potência de invenção de si mesmo. Nessa perspectiva, a subjetividade não é originária, dada *a priori* e marcada

pela invariância, mas é incessantemente construída em meio às práticas histórico-políticas.

A subjetividade assim concebida nos coloca, portanto, diante de um conceito aberto às práticas que constantemente lhe imprimem novos contornos, suscitando um novo campo de problemas onde conviria perguntar por meio de quais processos histórico-políticos somos constituídos hoje.

Michel Foucault (1979) falou sobre esses processos, sobre essas práticas produtoras de realidade que, num jogo contínuo, infinito, tramam tudo aquilo que afirmamos como realidade, incluída aí, portanto, a própria subjetividade, ou como preferia dizer, subjetivação¹. Trata-se de práticas que compõem dois planos sempre entrelaçados nos quais encontramos, de um lado, ações entre corpos e coisas, de outro, os processos discursivos, que nos interessam particularmente. Ambos os planos têm seu caráter constituidor de mundo sustentado pelo viés pragmático que os define, exigindo que passemos a reconhecer, no dizer, o poder de intervenção, de interação, com as ações sobre corpos e coisas. Corpos, coisas e discursos interpenetram-se no processo de produção de realidades, estendendo a potência de instauração de mundo ao discurso, característica até então negada. O discurso deixa de interessar por sua função descritiva, representativa, pela qual dizia a verdade do mundo e, agora, como prática produz realidades, instaura mundos.

Aqui interessa nos deter na força pragmática do plano discursivo pela qual a subjetividade se produz e é produzida. Então, se por um lado emergimos sujeitos porque assujeitados à rede discursiva e não discursiva dos corpos em suas misturas, que tenta nos dar contornos fixos, pré-estabelecidos, por outro, escapando por frestas na rede, desfazendo ou esburacando contornos, a subjetivação segue caminhos ainda não traçados, inaugurando outros modos de sentir, de viver.

Este trabalho procura também se inserir no contexto de formação societária, que se desenvolve nos limites da modernidade e que se constitui, na atualidade, pela ascensão vertiginosa dos meios de comunicação (LAZZARATO, 2006). Como veremos, as sociedades contemporâneas, de maneira geral, se caracterizam pelo poder das práticas de informação fortemente voltadas à normalização dos indivíduos e das populações e, assim, inauguram um campo de batalha onde estas se enfrentam diretamente com práticas de criação de si mesmo, com processos de subjetivação voltados a ampliar a vida, a legitimar múltiplas modalidades de existência.

A informação é hoje um dos setores hegemônicos de produção que agem em todo o campo social, gerando necessidades, relações sociais, corpos e mentes. De início, podemos definir a informação como a propagação do conjunto de comunicados que nos dizem aquilo que julgamos que somos capazes, o que devemos ser ou temos a obrigação de crer. Dessa maneira, ela equivale exatamente a um sistema de controle, que procede pela organização de redes comunicacionais que visam esvaziar, ou tornar ineficaz, qualquer possibilidade de pensamento que lhe venha do exterior e que se mantenha fora de seu circuito controlado, sempre nos comunicando “verdades” a serem consumidas. Essas verdades prontas para consumo imediato funcionam como eficazes palavras de ordem, normas mandatórias que carregam modelos, prescrições sobre como agir, sentir ou dizer (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

A profusão de informações tem por efeito estabelecer para a vida um plano contínuo de fatos, bloco maciço de mandos produtores de automatismos sem brechas para problematização, para atitude crítica, cujo efeito principal seria o de por em questão as direções de sentido sempre já fixadas (FOUCAULT, 1984). Pois são os instantes de incerteza, plenos de indeterminação, que se abrem em vacúolos de sentidos já dados e rompem a regularidade plana da vida, a normalidade imposta aos indivíduos, nos conduzindo para um vácuo de sentidos no qual as prescrições inquestionáveis perdem seu efeito, seu caráter imperativo. É neste vácuo de palavras de ordem que então somos lançados por novos rumos para enfim arriscar modos de ser ainda impensados. O trânsito pelos espaços vagos ocupados pela incerteza, pela indiscernibilidade, é oportuno para estancar nossos automatismos em nome de processos exigentes de criação. Mas como romper com o bloco homogêneo que a vida contemporânea nos inflige? O que nos leva a problematizar em lugar de simplesmente responder ao que nos é oferecido como trivial e necessário? Blanchot nos fala da literatura como construtora desses vazios rebeldes aos sentidos fáceis.

Segundo entendemos, o pensamento blanchotiano permite que nos instalemos no cerne deste terreno de luta. De acordo com Gilles Deleuze (1992), estamos a tal ponto “transpassados de palavras inúteis, de uma quantidade demente de falas e imagens”, ou ainda, para acompanhar Blanchot (2005), atravessados “pelo excesso de prolixidade repetitiva”, que melhor seria arranjar “vacúolos de silêncio e solidão” para que se possa por fim dar lugar a outros encaminhamentos existenciais. A abertura de espaços ao silêncio e à solidão são temas caros a Blanchot e estão presentes em seus textos ligados a diversos aspectos, sobretudo à noção de *fora*, dimensão afeita a-significância que,

coexistente com o plano homogêneo da vida plana, mantém-se avessa às informações prescritivas. Intrigante composição na qual a ordem, a dimensão contínua dos fatos, apresenta em seus limites a irregularidade, de modo que a indeterminação comparece como borda, como aquilo que contorna as formas organizadas, a ordem normalizadora (BLANCHOT, 2011).

É por essas circunstâncias que a literatura moderna se torna por excelência o domínio onde se efetua o que nos interessa, uma vez que o *fora*, essa abertura de espaços vagos, tornou-se desde então constitutiva da atividade literária. Ela se constitui num dispositivo de escape à violência do excesso de informação ao instaurar brechas na continuidade informacional, por onde o pensamento, a crítica, irrompe. Nossa proposta é, portanto, dar subsídios para a compreensão de como a literatura pode criar tais vazios e, a partir daí, sondar que tipos de meios, esses espaços vagos, podem servir de acesso ao silêncio e à solidão.

Procuramos forçar o pensamento blanchotiano em direção a uma pragmática da subjetivação ainda por inventar. A pragmática que nos interessa diz respeito a modos de pensar que não visam delimitar essências, mas que buscam evidenciar a potência política dos efeitos. A pragmática da subjetivação nos impõe perguntar: como criar vacúolos de silêncio e solidão?; em que casos tais espaços surgem?

Visamos evidenciar os processos de criação da subjetividade como experiências cuja especificidade consiste em se realizar como ato de retraimento e abandono face ao que se apresenta como dado, ao plano de continuidade informacional. Chamaremos essencial² este procedimento não porque ele nos revelaria a suposta essência invariante das coisas - no caso, da literatura ou da subjetividade -, mas porque nele o gesto de criação não deve designar a pré-existência de algo nem dar voz a um sujeito que lhe seja anterior, como ponto de partida e origem.

O caráter essencial da linguagem vislumbra nas palavras o duplo movimento que as rege, a saber: para efetuar-se como experiência autônoma de criação, a linguagem deve movimentar-se para destruir, desconstruir a realidade instituída para cuja instauração ela mesma contribuiu, para, simultaneamente, agir na construção de outras ordens, outras realidades. Nesse sentido, desconstrução e construção operam como dois movimentos de um mesmo processo. Através de seu poder de ir ao limite, à borda das palavras e das coisas, a linguagem afirma nesse espaço sua força de evocação sensível, e dá acesso ao *fora*, à dimensão mais evanescente do real, que se apresenta e se evapora, que se faz ouvir e tão logo desaparece. No âmbito do pensamento blanchotiano (1980),

a criação indica precisamente este ato chamado a escavar a partir de si mesmo uma zona de refluxo, região de interrupção das continuidades a partir da qual algo de diverso pode advir.

Em nossa discussão a experiência essencial diz da prática estética desenvolvida e explicitada pela literatura do início do século XX, mas que, de fato, pode ser estendida ao âmbito da vida, atravessando em diferentes graus a multiplicidade de experiências que a constitui. Certamente, a experiência essencial indica para Blanchot a especificidade de determinada estratégia inventiva, proposta inicialmente no campo das artes. Contudo, notamos que se o pensamento blanchotiano procura chamar atenção para esse fato, é tão somente para se desvencilhar dele em seguida. Segundo a pragmática que propomos, sua importância está em ressaltar a necessidade de tomarmos a literatura não para pensar os traços que lhe seriam próprios, mas para ir além e pensar seus efeitos, ou seja, pensar sobre aquilo que deixou de lhe pertencer (BLANCHOT, 2010b).

Mais exatamente, o desafio proposto pelo ensaísta francês consiste em pensar numa dimensão de exterioridade mais ampla do que a própria literatura, isto é, o plano coletivo e impessoal das forças do fora que se expõe como condição para a inventividade própria aos movimentos do viver em geral (BLANCHOT, 2011a; 2011b). Tal afirmação se evidencia quando entendemos que o conceito de vida concerne inequivocamente à filosofia que vem, ou seja, ao pensamento do por vir. Em outras palavras, a concepção do fora implica situarmos a vida no âmbito da errância, como movimento infinito capaz de se afirmar sem se deixar limitar por invariâncias, nem ser apreendido por formulações de sentido que o estabilizem e que o efetuem de maneira definitiva. Assim associada à noção do fora e, conseqüentemente, do por vir, a vida concerne a processos que se encontram sempre na iminência dos acontecimentos, ou seja, ela se define como um devir incessante, marcado pela abertura através da qual podemos estabelecer relações diferenciais com o que nos é mais corriqueiro (BLANCHOT, 2010b).

Nessa direção, abordamos o essencial não apenas como gesto que interrompe o encadeamento dos eventos que se tornou habitual, mas principalmente como plano do real, do fora, que se faz sensível, nos afeta, através deste procedimento de retração do que nos é familiar, a dimensão desobrada³ da realidade. A experiência essencial, assim suscitada pelo ato de criação, consiste numa certa disposição das forças que configura a exigência pela qual dada realidade se desobra, se afasta de si mesma na invenção de

outras realidades. É precisamente por esse distanciamento que se abre o espaço necessário à criação.

A partir dessas observações, consideramos neste artigo o essencial menos como objeto estático e mais como potência e procedimento de criação, que atravessa toda experiência de linguagem onde esta se abre à afirmação do insólito. Dito de outro modo, por essencial entendemos o poder de agir que perpassa todos os aspectos da vida, liberando, segundo diferentes graus de afirmação, a força criadora que lhe é própria. Portanto, reduzir tal experiência ao âmbito da literatura *stricto sensu* – ou seja, ao texto produzido, à obra literária como objeto de arte – é operar, de algum modo, em favor do embrutecimento do caráter inusitado próprio às experiências do viver.

Ao examinarmos o ato de criação tal como ele é exercido pela experiência essencial, observamos que o privilégio maior da linguagem não é o de expressar um sentido já dado, mas sim o de criá-lo (BLANCHOT, 2011a). Ressaltamos que a experiência linguageira existe assim não só como via de escape das formas de vida vigentes em determinada sociedade, mas como a afirmação do outro, do lado de fora de toda e qualquer forma, o lado de fora desses objetos delimitáveis pelo conhecimento; ou seja, falamos do plano de alteridade onde as redundâncias e continuidades informacionais, que tornam habitual o mundo, estão suspensas em favor da variação contínua constitutiva desta dimensão silenciosa onde as coisas estão por nascer. Ao concebermos a noção de subjetividade como processo e conjunto das condições que operam a produção de modos de vida, torna-se possível indagar: de que maneira a criação exercida como experiência essencial, isto é, como gesto/potência de interrupção, atinge e se articula à pesquisa da subjetividade?

Movidos por essa questão, notamos que o essencial, enquanto força capaz de criar seu próprio universo a partir do apagamento do mundo dado como nosso, afetou também a clássica noção de sujeito, tradicionalmente definida como unidade constituída. A experiência essencial, ao transpassar a existência usual das coisas, fazendo-a desaparecer, arrasta por esse mesmo movimento a existência pontual daquele que nela está implicado. Observamos aqui os efeitos desta experiência que desapossa e desaloja o sujeito, que o atrai para fora de si mesmo a fim de entregá-lo ao instante em que o essencial se revela como afirmação dessa desconstrução necessária, como o aparecimento de que “tudo desapareceu” (BLANCHOT, 2011a: 76).

No entanto, não basta apenas dizer que as coisas assim desaparecem e que o sujeito, enquanto unidade definida e idêntica a si mesma, apaga-se pelo mesmo

movimento. É preciso sublinhar que ambos, literatura e subjetividade, experimentando a suspensão de um apagamento verdadeiro, afirmam-se neste desaparecimento como um modo de composição que toma por disparador a questão do neutro (BLANCHOT, 2010b). Por essa expressão, entendemos uma espécie de relação que desmonta a presença do sujeito dado, que o subverte enquanto interioridade e centro. Nessa direção, o neutro, sublinhado por Blanchot, diz respeito à relação que acontece sob o signo da alteridade desconcertante do fora, isto é, sob o modo da relação com aquilo que está absolutamente fora de mim e de meus esquemas reconhecíveis.

É precisamente a noção de relação neutra que nos permite conceber uma pragmática da subjetivação a partir do pensamento blanchotiano. Através dela, podemos definir a subjetividade no deslocamento da clássica ideia de sujeito, a fim de concebê-la como sem centro e sem nome. Como relação que não tende para a unidade nem para a unificação, o neutro marca a presença do outro, do fora, como parte integrante de qualquer formalização (BLANCHOT, 2010b: 182). O outro é entendido como uma força que ultrapassa a regularidade do sujeito, deslocando-a de toda centralidade e interioridade. Trata-se do estranhamente outro que nunca se deixa apreender, pertencendo sempre à dimensão desobrada e coletiva do fora.

No espaço deixado pelo desobramento do sujeito, condição e lugar da experiência de criação, encontramos a relação estética com o fora, capaz de constituir a subjetividade desvinculada da unidade centralizadora do eu (BLANCHOT, 2010a:123). Pode-se dizer daí que a pesquisa dos processos de subjetivação remete ao estudo das relações diretas com essa região estrangeira. Tal concepção nos conduz a modificações expressivas no campo dos estudos da subjetividade: este deixa de se limitar ao conjunto das referências relativas ao “eu” e passa a abranger um domínio mais amplo, que também o abarca para estabelecê-lo apenas como uma de suas dimensões.

Neste momento, cabe indicar como a concepção blanchotiana do silêncio toma parte na pragmática da subjetivação que ensejamos afirmar. Na medida em que o “eu” apagado abre-se sobre o domínio acentrado da subjetividade, ele passa a expor, neste apagamento, a potência de elaboração de outros de si, revelando que é a partir da relação com o silêncio que a literatura faz figurar esse lado de fora das formas, dos sentidos habituais (BLANCHOT, 2011b: 18). Segundo Roland Barthes, o silêncio não está necessariamente ligado à atitude que põe termo ao fluxo verbal. De fato, procuramos evidenciá-lo como virgindade intemporal que nos remete ao sentido que

ainda está por vir, tempo em que os seres e as coisas não são ainda, ou seja, não estão delimitados em suas formas usuais (BARTHES, 2003: 49).

Na relação com a dimensão silenciosa do por vir, notamos emergir um poder de afirmação no âmbito dos processos de subjetivação que, junto com Blanchot (2011a), designamos por *tom*. Em outras palavras, por *tom* entendemos a força de variação e criação de si implicada no projeto pragmático que fomentamos. Ele é a força de afirmação produzida e mantida no desaparecimento da unidade fechada do sujeito (BLANCHOT, 2011b: 18). Consideramos o tom como elemento indispensável na composição de subjetividades, pois ele cria uma dimensão ao mesmo tempo de regularidade e de passagem ao inesperado. Exercício sempre aberto ao fora que, conseqüentemente, afirma a noção de subjetividade como domínio mais amplo que a ideia de sujeito.

O tom corresponde à estratégia que burla a produção de sentidos calcada nas noções de unidade e na oposição de termos, constituindo-se como análogo ao acento, ao movimento, à atitude (BLANCHOT, 2011a: 41) que afeta e transgredir toda camada de significações dominantes numa dada sociedade. Toda essa repetição, essa redundância dos esquemas reconhecíveis que atua na produção da existência, é abalada por esta força e passa a destacar a subjetivação de tais circuitos coerentes para tomá-la segundo o apelo inaudito do que ainda está por vir. Ao atender a este chamado, a subjetividade se forja como num lance de dados. Em seu movimento, explicita-se a escansão onde nasce o vacúolo, região na qual a criação pode encontrar as condições para o que acontece, em nós, como chance única para as infinitas combinações que nos habitam.

É também pelo acesso à matéria do fora, da a-significancia, trabalhada pelo tom nos movimentos de transformação da subjetividade, que podemos pressentir um espaço de relações inteiramente único. A matéria trabalhada pelo tom diz respeito à multiplicidade de elementos situados no fora, uma região irregular e – ou, se quisermos, compartilhada –, composta por relações díspares, provocadoras da abertura deste espaço neutro do fora.

Notamos que segundo Maurice Blanchot (2010b; 2011b), tanto a experiência essencial quanto a noção de tom (de variação) daí emergente são inseparáveis do problema da abertura desse espaço comum e neutro, que não corresponderia a uma abstração nem a um ideal flutuante, mas seria definido pelo movimento de desobramento de qualquer presença “definitiva”. De fato, apoiados na noção de desobramento, é possível questionar a ideia de comunidade como unidade coesa e,

então, definir uma ética, a partir do pensamento blanchotiano, voltada para a produção do comum, do coletivo (BLANCHOT, 1983).

Segundo entendemos, seu desafio ético consiste em estabelecer relações essenciais que excluam qualquer reciprocidade ou síntese, a fim de inaugurar o espaço dissimétrico, constituído de diversidades, de diferenças, do comum cuja irregularidade expõe a coexistência entre seus elementos díspares sob o modo coletivo do neutro. Em outras palavras, é no momento em que rompemos a intimidade do eu para passarmos à abrangência do neutro, isto é, pela possibilidade de dizer um eu sem mim, uma pontualidade não pessoal e oscilante entre ninguém e alguém, que a subjetivação passa a operar o/no espaço comum. Dimensão silenciosa, ao mesmo tempo de todos e de ninguém, de todos e de qualquer um.

Neste momento, intuímos a relevância da noção de solidão essencial para a ética do comum fomentada por Blanchot (2011b, p.11). De imediato, tal noção poderia nos remeter à figura do indivíduo solitário como aquele que, talvez, encarnasse não só o desejo de participar de uma comunidade “mais” coesa, mas que também se afirmasse como um ser que se pretende absolutamente diverso dos outros, do mundo, da vida.

No entanto, salientamos que, em Blanchot, o essencial constitui uma experiência que nos convoca a certo tipo de solidão muito distinta da emblematizada pelo solitário. O que procuramos evidenciar por meio desta experiência é uma solidão essencial que se caracteriza por excluir todo o isolamento complacente do indivíduo e por ignorar qualquer forma de segregação. Para a ética blanchotiana do comum, a noção de solidão se constitui como um apelo ao que existe “atrás do eu”, ou seja, a ausência e desobramento do ser, a secessão de qualquer ideia de essência, o espaço vazio onde emerge o comum e no qual o eu é colocado em questão (BLANCHOT, 2011b: 274).

Em tempos de espetacularização das formas de sociabilidade, do excesso de informação, da proliferação de imagens desvitalizadas da vida (em) comum, observamos a partir de Blanchot que esse conjunto de procedimentos mascara o processo pelo qual se dá a produção de subjetividades e, no lugar, dissemina a crença na ideia de sujeito acabado, já dado, reafirmando a vida modelizada, tão difundida pelas redes telecomunicacionais que envolvem todo o globo.

Em contraste com essa lógica, destacamos a solidão essencial como poder de criação de posições existenciais, irreduzíveis aos esquemas reconhecíveis de relações sociais. Desta maneira, a solidão trata aqui não de indivíduos, mas de fenômenos de borda, vacúolos abertos nas linhas de continuidade de sentido que se impõem pela

comunicação e que nos deixam imersos no habitual. E, ao nos fazer confrontar a dispersão, a independência efetiva entre componentes que se articulam por não relações, esses nexos irredutores à unidade criam assim a possibilidade de realização de outras conexões, outros sentidos, onde se operam processos de criação da existência que se desprendem das formas de sociabilidade dominantes.

Tais relações inerentes à solidão são indispensáveis na caracterização do comum⁴ pois, através delas, podemos falar do comum sem que um seja jamais compreendido pelo outro, jamais forme com ele um conjunto, nem uma dualidade, nem uma unidade possível. Diferentemente, o comum reside na coexistência dos elementos díspares, estranhos uns aos outros e competentes para assegurar o contágio recíproco e, através dele, garantir a construção de outros conjuntos, outras formas de vida em comum. Esta relação, chamamos de relação neutra, indicando uma relação sem relação ou uma não relação, como prefere Gilles Deleuze (1992), que não pode ser alcançada nem quando se afirma nem quando se nega, exigindo da experiência linguageira não uma indecisão ou indefinição entre esses dois modos, entre esses dois sentidos, mas a possibilidade de ostentar no próprio dizer a ausência de relações de continuidade que explicita o abismo de sentido (o vacúolo) aberto entre um e outro. Desse modo, a relação neutra designa as conexões não unificadoras, dissimétricas, estabelecidas pelo tom entre os elementos que configuram o espaço comum, esse plano comum das diferenças e distorções.

Ressaltamos que nosso interesse nessa pragmática da solidão indica que dela possamos multiplicar encontros e possibilidades de viver-junto inovadoras. Para tal, cabe nos despojarmos da individualidade; em última instância, desaparecer. O desobramento se constitui como peça chave neste processo. Pois, como vimos até então, o comum que ensejamos afirmar não tem lugar na ordem das unidades, das identidades designáveis e constantes, mas encontra seu espaço no plano das desindividualizações, das despersonalizações, dos despojamentos das particularidades do *eu*.

Assim, a noção de solidão essencial designa a declinação ou o declive do indivíduo no interior de uma comunidade anônima, a inclinação do indivíduo para fora de si mesmo em favor da emergência de um ser singular, uma singularidade irredutível ao interior de uma unidade (NANCY, 1986). Dessa maneira, entendemos que a experiência de solidão em questão remete não a indivisibilidades, mas a singularidades constitutivas do plano do comum, ou seja, de uma comunidade de seres irredutíveis.

Associada ao processo de desobramento, a solidão essencial nos arrasta, portanto, na direção da pluralidade de componentes dispersos que, ao serem arrastados para as novas séries não unificáveis, dão acesso a uma multidão de mundos, à multiplicação de modos de existência. Movimento sustentado pelos estudos da subjetividade, de tal modo que cada ser singular preserve sua distância e também sua potência de afetação, sem os quais cada ser soçobra privado do plano comum e das relações dissimétricas que o fazem perseverar a subjetividade em seu processo de criação de si.

Seria preciso, por conseguinte, partir dessas formas-de-vida inéditas, desertores anônimos das relações de sociabilidade preconizadas e espetacularizadas no contexto político contemporâneo. Acompanhar suas solidões e, ao mesmo tempo, atender à exigência de nelas deixar entrever os gestos que atuam na invenção de uma solidariedade incerta, ou seja, que ecoam o apelo à comunidade por vir. Diante da sociabilidade terrível que se alastrou pelo planeta, feita de vigilância e da profusão de imagens frívolas, informações mandatórias, a solidão evoca um ato de resistência único, que não faz valer um liame social unificador, que declina toda pertinência e, nessa estratégia, manifesta seu ser comum (PELBART, 2006).

A solidão de que nos fala Blanchot não é algo que se encontra como no caso de alguém que procura estar e/ou ficar só. Ela não se faz a partir da iniciativa do sujeito. A solidão se faz sozinha. Nasce à nossa volta como uma questão. Potência de ação que atravessa toda experiência que se abre à criação. Sem os vacúolos de solidão não acessamos o comum, esse plano que nos atravessa a todos, que mesmo sendo comum a todos, resiste à nossa unificação para nos dar acesso ao limite das formas e de suas regularidades, limiar no qual a continuidade dos sentidos falece em nome de outros sentidos por vir.

A solidão essencial é, portanto, a solidão de todo o mundo. Ou seja, ela está em toda parte. Invade tudo. Cremos nesta invasão, pois a solidão é aquilo sem o que nada se faz. Aquilo sem o que nada de novo pode ser visto, pois ela diz respeito a maneiras completamente inéditas de pensar, ela convoca a agir de modo inovador. É precisamente nesse sentido que podemos escrever: falamos de silêncio e solidão neste estudo, mas nunca estávamos sozinhos ou demasiado quietos, pois tínhamos este trabalho para realizar, para trazer à luz. E, certamente, muito há para fazer a partir de agora.

Referências

- BARTHES, Roland. *O neutro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a palavra plural*. São Paulo: Escuta, 2010a.
- _____. *A conversa infinita 3: a ausência de livro, o neutro o fragmentário*. São Paulo: Escuta, 2010b.
- _____. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011a.
- _____. *La communauté inavouable*. Paris: Gallimard, 1983.
- _____. *L'écriture du desastre*. Paris: Gallimard, 1980.
- _____. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011b.
- _____. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol 2, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In M. B. da Motta (Org.). *Ditos e escritos: Ética, sexualidade e política* (pp. 240-251). Trad. de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NANCY, Jean-Luc. *La communauté desouvrée*. Paris, Christian Bourgois, 1986.
- NORDHOLT, Anne-Lise. *Maurice Blanchot: l'écriture comme expérience du dehors*. Genève: Droz, 1995.
- PELBART, Peter Pál. Como viver só? In R. Martinez (Org.). *27ª. Bienal de São Paulo Como Viver Junto: seminário trocas* (pp.267-276). São Paulo: Cobogó, 2006.

Diego Arthur Lima Pinheiro
Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense
E-mail: diegoarthurlima@gmail.com

Silvia Helena Tedesco
Prof^a. Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: shtedesco@gmail.com

¹ No termo subjetivação sublinhamos o sentido presente na composição entre dois signos (sujeito + ação) aí presentes na palavra, que se explicita como ação de subjetivar.

² Em *O Espaço Literário*, Blanchot (2011b) atribui à linguagem um duplo modo de funcionamento, a saber: um bruto e outro essencial. Diferenciam-se aqui dois vetores constitutivos de toda experiência languageira capazes de orientar a linguagem segundo direções muito distintas. A experiência bruta da linguagem se caracteriza, em geral, por nos manter em relação com a dita realidade das coisas num mundo apresentado como dado. Sua função precípua é a de constituir a linguagem como um instrumento capaz de transformar o insólito em habitual, meio onde vigoram os fins utilitários da ação, do trabalho, da lógica e do saber. Em contraste, a experiência essencial da linguagem não nos remete ao mundo dado como nosso. Ela antes faz o mundo familiar recuar, distanciar-se de si mesmo, isto é, de suas formas sedimentadas de sentido. Destacamos que Blanchot (2005:294) rejeita a clássica ideia de essência como a dita substância verdadeira, imutável e real das coisas. Quando o pensamento blanchotiano nomeia o essencial, isso se refere a algo que só tem consistência na impossibilidade de determinação e fixidez de sentido, reconhecida e afirmada pela experiência essencial da linguagem – isto é, pela ficção.

³ Em seu livro sobre Maurice Blanchot, Anne-Lise Nordholt (1995) observa que o mundo em que vivemos jamais se perde nessa experiência, mas se desdobra (*dédouble*) no outro de todos os mundos. Para Nordholt, o essencial “nos fala dos seres e das coisas, mas na medida em que eles estão desdobrados (...). Ela nos fala do mundo invertido: o mesmo mundo, mas com outro signo” (1995: 113). Neste aspecto, o essencial nos remete a um processo de desobramento (*désouvement*), movimento no qual o mundo, como sugere Nordholt, só pode ser encontrado “*turned inside out*” (virado de dentro para fora).

⁴ Por *comum* nos referimos não às noções de identidade e consenso, mas à proliferação de relações diferenciais capazes de potência política. Com base nessa ideia, buscamos afirmar o caráter político do nexos entre vida e as tecnologias do poder que ensejamos problematizar, pois nela o comum é aquilo de que temos ou tomamos parte, aquilo que é compartilhado e do qual compartilhamos enquanto distanciamento, isto é, diferenciação das formas de vida. Afastamento que, por ser compartilhado, paradoxalmente nos conecta na diferença. Nesse sentido, aquilo que se compartilha é, necessariamente, o que nos faz pertencer à mesma *pólis*, ou seja, à mesma comunidade das distâncias (JULLIEN, 2009: 36).